

TARIFAÇO DE TRUMP

Alckmin minimiza risco para as negociações

Vice-presidente diz que não vê aumento de dificuldade nas relações comerciais com os Estados Unidos após a condenação de Bolsonaro pelo STF por golpe

» WAL LIMA

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afastou a possibilidade de o país ter novas dificuldades nas relações comerciais com os Estados Unidos após condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pelo Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da trama golpista.

“Não teremos mais dificuldades nas negociações com os Estados Unidos. Imposto de importação é política regulatória. Não há relação com decisão do Judiciário”, disse Alckmin, ontem, durante visita à concessionária V12 da Volkswagen, em Brasília, em referência à condenação do ex-presidente a 27 anos de cadeia pelo STF. “O Brasil deve um justo reconhecimento à Polícia Federal, à Procuradoria-Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal, que cumpriram a sua missão de maneira exemplar. Quem garante as liberdades é a democracia”, acrescentou.

De acordo com Alckmin, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem orientado para o diálogo e a negociação com os EUA. “Nós estamos permanentemente trabalhando, porque não há justificativa para o tarifaço”, destacou.

O aumento das tarifas de importação sobre os produtos brasileiros para 50%, determinado pelo presidente dos EUA, Donald Trump, entrou em vigor em 6 de agosto. Alckmin voltou a afirmar que, no comércio bilateral, os EUA

Guilherme Felix/CB/D.A Press



Para Geraldo Alckmin, não há relação entre política regulatória e decisão do Supremo

têm superavit na balança e as exportações deles para o Brasil crescem 12% neste ano.

Segundo o vice-presidente, o governo vai continuar trabalhando para reduzir impostos e, entre 11 de julho e 11 de setembro, o comércio de veículos sustentáveis no país cresceu 26,1%, comprovando que “quando se reduz imposto, há mais vendas”.

Na quinta-feira, logo após a decisão do Supremo condenando Bolsonaro e mais sete réus no julgamento da trama golpista, Lula rebateu as críticas de Trump à decisão e classificou as acusações contra o país como “falsas”. “Não temo novas sanções. As acusações

contra o Brasil são todas falsas e o presidente Trump sabe disso. O presidente de um país não pode interferir nas decisões de outro país soberano. Se ele vai tomar outras atitudes, é um problema dele”, disse o chefe do Executivo, em entrevista à TV Band.

A Embaixada dos EUA, por sua vez, considerou nas redes sociais que a decisão do STF é “mais um capítulo do complexo de perseguição e censura” e acusou o ministro Alexandre de Moraes de violar direitos humanos. Christopher Landau, vice-secretário de Estado norte-americano, afirmou que Moraes “desmantelou o

Estado de Direito” e levou as relações bilaterais ao “ponto mais sombrio em dois séculos”.

Lula afirmou ainda que pretende evitar responder diretamente à porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, que afirmou nesta semana que o governo Trump está disposto a “usar meios militares” para “proteger a liberdade de expressão ao redor do mundo”, em referência a uma eventual condenação de Bolsonaro. “Os EUA precisam saber que não estão tratando com uma republiquetinha de banana. Não tenho preocupação porque não posso levar muito a sério a posição de um porta-voz”, acrescentou.

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Acabou a distração

O país da vida ganha, dos criadores de clickbait e de posts me-me, parou, nas últimas semanas, pelo julgamento no Supremo Tribunal Feeral (STF) de Jair Bolsonaro e seus aprendizes de golpistas. Trata-se de minoria — barulhenta, mas minoria —, entre a imensa maioria que não se pode dar ao luxo de travar batalhas imaginárias nas redes sociais.

O que as une é a estagnação política de mais de quatro décadas.

A condenação do ex-presidente a 27 anos de cadeia, com início da pena em regime fechado, chega aos seus contrários como uma catarse capaz de promover um processo transformador e expurgar a nação das emoções negativas que vêm de longe. Melhor aguardar sentado.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi condenado na Lava-Jato a mais de nove anos de prisão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, pena aumentada na 2ª instância a 12 anos e um mês, e ficou preso, numa sala da Polícia Federal (PF), em Curitiba, 580 dias. Condenado a 425 anos de prisão, Sérgio Cabral cumpriu apenas seis anos em regime fechado.

Lula foi solto quando o STF mudou por 6 votos a 5 jurisprudência de 2016, revogando permissão à prisão de réus antes do trânsito em julgado. Além disso, assumiu que o caso de Lula não se conectava à roubalheira na Petrobras, foco da Lava-Jato, resultando daí que o então juiz Sérgio Moro não teria competência legal para julgá-lo.

Os processos foram anulados, como os aliados de Bolsonaro acham que poderá ocorrer mais adiante, com outra composição do plenário do STF, valendo-se do voto do ministro Luiz Fux pela absolvição.

Tecnicamente, Lula não foi absolvido, como Bolsonaro poderá não ser também, embora não se descarte que aconteça tal e qual, e é assim que a política nacional continua atrelada a passadismos, a casuísmos, ao viés de momento dos ministros do STF. Nessa cena, o definitivo é flexível, ajustando-se à conveniência de cada época.

Bolsonaro elegeu-se, em 2018, ao mostrar-se o mais antipetista dos candidatos. Depois, com seus atos, perdeu para Lula, reabilitado pelo STF, ao ser ameaçado desde 2019 pelo golpismo do ex-capitão. Convenhamos, essa história nada tem de dignificante...

A perversão do imobilismo

A política seguirá conflagrada, tal como no tempo de Lula preso. A direita já mostrou que aprendeu com a esquerda como falar grosso e reunir multidões. Também não há nada a festejar com a prisão de Bolsonaro, e não por que ele esteja sendo injustiçado. O que há a lamentar é a miséria institucional e política que nos atrasa.

Política praticada em torno de nomes, não de ideias e visões, põe o país a reboque de excentricidades e temperamentos pessoais quase um culto a personalidades sem as quais seria o caos. Talvez para o PT, que não formou herdeiros à altura do maior líder de massas que o país conheceu desde Getúlio Vargas. Mas não é o caso da direita, apesar de Bolsonaro não se ver como o cara errado na hora certa.

Líderes promovem ideias e constroem programas, o que para um país gigante e subdesenvolvido só pode ser na direção do progresso. Mas não é o que temos. Ou é populismo explícito ou são ameaças de que sem eles haverá tragédias: a venezuelização, diz um lado; a fome e a soberania empenhada, diz o outro. E assim estamos: estagnados.

Tais parolagens ilustram bem as oportunidades perdidas, e não são poucas, e o sequestro sem nem nos apercebermos pela mais perversa das ideologias: o imobilismo como sequelada do medo da instabilidade recorrente. Criou-se no imaginário coletivo a ideia de que o risco de novas iniciativas é sinônimo de ameaça e não de oportunidade.

Desafio da inércia mental

Omite-se há tempos, na cena política nacional, que a riqueza das nações e a civilização são construídas com produção e as inovações criadoras de mercados. Como romper essa inércia mental é o desafio ignorado no debate mediocrizado do bolsonarismo versus lulismo.

E novas distorções vão sendo adicionadas. Uma delas é o STF como última instância decisória ou recursiva (assim como os militares se viam no passado, ou se veem e estão quietos devido ao escândalo de Bolsonaro et. caterva) de um processo que deveria ser decidido pelo Legislativo. E ainda há a ingerência de Donald Trump (presidente dos Estados Unidos), para o qual o STF pune Bolsonaro para favorecer o governo Lula, embora a Justiça aqui seja independente, ao contrário da Turquia de Recep Erdogan, aliada dos EUA, onde o Judiciário é submisso ao presidente iliberal.

Os líderes dos partidos de centro e direita conhecem todos esses constrangimentos, inclusive o maior: detém maioria de dois terços no Congresso, quase todos os estados e 87% dos 5.568 municípios. Apesar disso, não têm candidato próprio e estão prontos a aderir ao presidente da vez. Hoje, apoiam o governo Lula, mas aguardam o ungido por Bolsonaro para lhe emprestar apoio ou não. Difícil...

E constrangedor... Parte da elite do Congresso tem “favor fiscal” investigado pela PF numa ação tramitando em sigilo com relatoria do ministro Flávio Dino, do STF. É um dos jeitos de fazer “base governista”: dar corda para “travessuras” dos aliados de ocasião e usá-las como instrumento de persuasão quando necessário.

Como virar meme nas redes

Se esse é o processo político normalizado, ele está estagnado. Do lado do gasto, o caixa acabou. O Orçamento federal é deficitário desde 2023. Com o custo da dívida do Tesouro Nacional, é negativo há mais de uma geração. As contas são fechadas com dívida, que encarece o crédito, também onerado pela taxa básica da economia (Selic), o meio de o Banco Central conter a inflação de demanda atizada pelo populismo fiscal. Outra forma é elevar ainda mais os impostos, como se tem feito. Até quando?

Só neste mandato de quatro anos, a dívida pública deverá crescer 13,6 pontos de porcentagem em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) — R\$ 1,74 trilhão no período, R\$ 434 bilhões ao ano. Não tem como continuar assim.

O próximo governante terá de desatar esse nó. E o fará com única certeza de que trabalhará com as bancadas de centro e de direita maiores que as atuais, o bafo no cangote do mundo sem regras, que está moribundo como adverte relatório da Comissão Europeia desta semana, e o senso de que programa fiscal é política econômica.

Não é. É só um plano de contas, necessário, mas não é um programa de impulso do desenvolvimento. O que carece é uma forma totalmente nova de pensar a economia política, com foco no aumento da oferta.

Partido e candidato que destacar um programa assim poderá romper a estagnação mental, superar a polarização e virar meme nas redes. É o que as pesquisas apontam: o cansaço com os mesmos de sempre.

REALIZAÇÃO





52°

CÍRIO DE

Nazaré

Paróquia Nossa Senhora de Nazaré

Q1 – Lago Sul , Brasília – DF

MOMENTOS DE FÉ, BARRAQUINAS DE COMIDAS TÍPICA E SHOWS

DE 11 A 14 DE SETEMBRO